HEGEMONIA ÀS AVESSAS

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Para aprimorar a experiência da leitura digital, optamos por extrair desta versão eletrônica as páginas em branco que intercalavam os capítulos, índices etc. na versão impressa do livro. Por este motivo, é possível que o leitor perceba saltos na numeração das páginas. O conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

HEGEMONIA ÀS AVESSAS

ECONOMIA, POLÍTICA E CULTURA NA ERA DA SERVIDÃO FINANCEIRA

COLEÇÃO ESTADO de SÍTIO

FRANCISCO DE OLIVEIRA,
RUY BRAGA *e* CIBELE RIZEK (orgs.)

BOITEMPO EDITORIAL

Sobre HEGEMONIA ÀS AVESSAS

De um ângulo crítico, os trabalhos enfeixados neste volume buscam dar conta de uma pluralidade de assuntos contemporâneos. Da experiência representada pelos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva à frente do governo brasileiro ao significado da crise financeira de 2007-2008 para o futuro do capitalismo, o livro apresenta um conjunto de reflexões úteis para os que desejam não apenas compreender o mundo, como transformá-lo. As dificuldades postas para o entendimento da atualidade não são esquivadas pelos autores. A perplexidade diante de políticas adotadas por forças cuja vitória foi tão aguardada nos países aqui analisados, Brasil e África do Sul, assim como diante de um contexto internacional em intensa transformação, não é varrida para baixo do tapete. Ao contrário, ela impulsiona um movimento de procura dos melhores instrumentos para dar conta das contradições do real. Categorias sugeridas no pensamento de Karl Marx estão entre eles. Mostram, assim, que as hipóteses de Marx ainda ajudam a desembaraçar fios de alta tensão presentes no começo do século XXI. A obra de Antonio Gramsci, em particular, que se encontra referida no título deste livro, é um exemplo da altura capaz de alcançar um empreendimento intelectual inspirado em Marx. Em busca da totalidade, a questão da hegemonia, cuja elucidação abre as portas para uma percepção do sentido geral do período, é vista neste livro sob ângulos tão diversos quanto o das mudanças no campo do trabalho, da arquitetura e da "estrutura de sentimentos", em uma ousadia temática digna da tarefa proposta. Se ao final muitas indagações persistem, resta a certeza de que o projeto crítico permite pesquisar as respostas. Sorte a do país que pode contar com ele.

André Singer

"A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência."

Walter Benjamin

Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2010

Coordenação editorial	Ivana Jinkings
Editora-assistente	Bibiana Leme
Assistência editorial	Elisa Andrade Buzzo e Gustavo Assano
Preparação	Mariana Echalar
Revisão	Alessandro de Paula e Ana Lotufo
Capa	Acqua Estúdio Gráfico sobre foto de Lula e Nelson Mandela em Maputo, Moçambique, 16/10/2008. © Ricardo Stuckert/PR.
Diagramação	Acqua Estúdio Gráfico
Produção	Paula Pires

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H363

Hegemonia às avessas : economia, política e cultura na era da servidão financeira / Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek, (orgs.). - São Paulo : Boitempo, 2010.
-(Estado de Sítio)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7559-164-2

1. Brasil - Política e governo - 2003 -. 2. Brasil - Condições econômicas. 3. Brasil - Condições sociais. 4. Capitalismo. 5. Ciência política. I. Oliveira, Francisco de, 1932-. II. Braga, Ruy. III. Rizek, Cibele Saliba, 1950-. IV. Série.

10-4292. CDD: 320.981
CDU: 32(81)

27.08.10 03.09.10 021226

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Esta edição, que contou com o auxílio financeiro da CAPES – Brasil, atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: setembro de 2010

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

SUMÁRIO

Apresentação 7
Ruy Braga

Homenagem 15
Ruy Braga

1. HEGEMONIA ÀS AVESSAS: DECIFRA-ME OU TE DEVORO!

Hegemonia às avessas 21
Francisco de Oliveira

A hegemonia da pequena política 29
Carlos Nelson Coutinho

2. TRABALHO E CAPITALISMO, ANTES E APÓS O DESMANCHE

O trabalho precário nos Estados Unidos 47
Arne L. Kalleberg

Trabalho e regresso: entre desregulação e re-regulação 61
Leonardo Mello e Silva

Política e arte na verdade e na ficção do trabalho:
elementos para uma comparação história entre o
Oriente socialista e o Ocidente capitalista 93
Yves Cohen

Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico
e hegemonia às avessas no Brasil 109
Leda Maria Paulani

3. CULTURA, CIDADE E SERVIDÃO FINANCEIRA

A cultura da servidão financeira: uma leitura às avessas 137
Maria Elisa Cevasco

Moedas e moedeiros (e um pintor na contramão) 149
Luiz Renato Martins

A renda da forma na arquitetura da era financeira 161
Pedro Fiori Arantes

Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um "urbanismo às avessas" 185
João Sette Whitaker Ferreira

Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche de uma mercadoria ou seu segredo 215
Cibele Rizek

4. AMÉRICA LATINA E ÁFRICA DO SUL NA ENCRUZILHADA

A teoria da conjuntura e a crise contemporânea 237
Carlos Eduardo Martins

Construindo a hegemonia na América Latina: democracia e livre mercado, associações empresariais e sistema financeiro 255
Ary Cesar Minella

Que tipo de liderança é Chávez? 287
Gilberto Maringoni

A desorientação do "Estado desenvolvimentista" na África do Sul 299
Patrick Bond

Do *apartheid* ao neoliberalismo 319
José Luís Cabaço

5. O SOCIALISMO APÓS O DESMANCHE

Reencontrando o comunismo da emancipação 339
Álvaro Bianchi

Política como práxis: Hegemonia às avessas, um exercício teórico 351
Wolfgang Leo Maar

O avesso do avesso 369
Francisco de Oliveira

Bibliografia 377

Sobre os autores 395

APRESENTAÇÃO

"Decifra-me ou te devoro!", ameaçava a Esfinge os viajantes amedrontados, antes de recitar o mais famoso enigma da história. Na verdade, a hegemonia "lulista" representa nossa incontornável esfinge barbuda. Este livro origina-se de uma "provocação gramsciana" feita por Chico de Oliveira no artigo "Hegemonia às avessas"[1] – que serviu de ponto de partida para o seminário homônimo organizado pelo Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo (Cenedic)[2], do qual resultou este livro –, no intuito de esboçar uma possível solução para o enigma. Trata-se de empreendimento de grande monta: perscrutar os fundamentos econômicos, políticos e culturais dessa forma *sui generis* de dominação social que se enraizou no país, alcançando, em um mundo capitalista marcado pela crise econômica, pela guerra, pelo colapso ambiental e pela carência de exemplos políticos emuladores, inéditos prestígio e admiração internacionais. "É o homem", respondeu Édipo. "Ele é o cara!", exclamou Obama, admirado. E o que diria Chico?

Em seu artigo, Chico nos alertava de início para os efeitos politicamente regressivos da hegemonia lulista: ao absorver "transformisticamente"[3] as

---

1 Francisco de Oliveira, "Hegemonia às avessas", neste livro.

2 Seminário internacional "Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira" (USP, 21 a 24 de outubro de 2008). Esse evento não teria acontecido sem o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH da USP; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e de Néia Almeida, secretária do Cenedic.

3 Sinteticamente, Gramsci chamou de "transformismo" o processo de absorção pelas classes dominantes de elementos ativos ou grupos inteiros, tanto dos grupos aliados como dos adversários.

forças sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o governo Lula teria esvaziado todo o conteúdo crítico presente na longa "era da invenção" dos anos 1970--1980, tornando a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social. A medida dessa desmobilização poderia ser apreendida pelo escasso interesse depositado pelos eleitores no pleito presidencial de 2006. O efeito social regressivo consistiria exatamente nisto: sob Lula, a política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes, ainda que frequentados habitualmente por escândalos de corrupção.

A partir daí, Chico adiantou sua conjectura: no momento em que a "direção intelectual e moral" da sociedade brasileira parecia deslocar-se no sentido das classes subalternas, tendo no comando do aparato de Estado a burocracia sindical oriunda do "novo sindicalismo", a ordem burguesa mostrava-se mais robusta do que nunca. A esse curioso fenômeno em que parte "dos de baixo" dirige o Estado por intermédio do programa "dos de cima" Chico chamou "hegemonia às avessas". Um paralelo interessante poderia ser encontrado na experiência histórica da superação do *apartheid*. Daí uma sessão do seminário ter sido dedicada à África do Sul. "Ok, nós temos o Estado, mas onde está o poder?", costumava provocar o sociólogo Patrick Bond durante o período em que trabalhou como conselheiro no gabinete de Nelson Mandela, nos primeiros anos de governo do Congresso Nacional Africano (CNA). À procura de um poder fugidio, a vitória do CNA sobre o *apartheid* congelou o mito do poder popular apoiado pelo advento de novas classes médias negras, enquanto legitimava as relações de exploração características do capitalismo mais desavergonhado[4]. Os moçambicanos que o digam...

Eis a tal "hegemonia às avessas": vitórias políticas, intelectuais e morais "dos de baixo" fortalecem dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício "dos de cima". No Brasil, décadas de luta contra a desigualdade e por uma sociedade alternativa à capitalista desaguaram na incontestável vitória lulista de 2002. Quase que imediatamente, o governo Lula racionalizou, unificou e ampliou o programa de distribuição de renda conhecido como Bolsa Família, transformando a luta social contra a misé-

[4] Ver Patrick Bond, *Elite transition: from apartheid to neoliberalism in South Africa* (Londres, Pluto Press, 2000).

ria e a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas. Chico diz que Lula instrumentalizou a pobreza ao transformá-la em uma questão administrativa. O programa Bolsa Família garantiu a maciça adesão dos setores mais depauperados das classes subalternas brasileiras ao projeto do governo. Jogando no campo de seu adversário eleitoral, isto é, no campo da instrumentalização da pobreza e da gestão burocrática dos conflitos sociais, o governo Lula soube derrotar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas ao preço da despolitização generalizada das lutas sociais.

Já tendo refletido a respeito do "transformismo" da burocracia sindical lulista em seu influente ensaio "O ornitorrinco"[5], não foi difícil para Chico perceber o "sequestro" dos movimentos sociais pelo "Estado integral" brasileiro – os fundos de pensão das estatais aí incluídos. Ao praticamente desaparecerem da pauta política reivindicativa nacional, com exceção dos valentes acampados do MST, os movimentos sociais, tendo o outrora poderoso movimento sindical "cutista" na vanguarda (do atraso), salgaram o terreno para uma oposição de esquerda autêntica ao governo, quase anulando o antagonista histórico e encurralando os conflitos sociais no plano cinzento da política dos gabinetes[6].

A "hegemonia às avessas" não estaria preparando igualmente uma nação *sem qualquer sofisticação política*, como diria Weber sobre Bismarck, totalmente subsumida à hegemonia da pequena política, como bem nos lembrou Carlos Nelson Coutinho? Afinal, se, como diz Chico, parece que atualmente os dominados dominam, os sindicalistas se transformaram em capitalistas, os petistas controlam o parlamento, a economia está definitivamente blindada contra a crise mundial, trata-se, antes de mais nada, de um conjunto de aparências "necessárias", pois, para o marxismo crítico, a

---

5 Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003).

6 Não nos esqueçamos do "legado de Bismarck", analisado por Weber em um de seus dois "Colóquios de Lauenstein", intitulado "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída". Segundo o grande sociólogo de Heidelberg, Bismarck teria deixado atrás de si uma nação *sem qualquer vontade política própria*, acostumada à ideia de que o grande estadista ao leme tomaria as decisões políticas necessárias. Ver Max Weber, "Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária" (São Paulo, Abril, 1980, Os Pensadores), p. 1-85.

aparência não é simplesmente a face espúria da essência, seu "outro" fictício e enganoso – existe sempre uma íntima relação dialética entre aparência e essência. Os capítulos que formam este livro buscam, cada um a seu modo, contribuir para a compreensão dessa relação.

De minha parte, confesso que continuo me sentindo bastante atraído pela hipótese da "revolução passiva à brasileira", que, juntamente com Álvaro Bianchi, esboçamos quando da primeira eleição de Lula[7]. Naquela ocasião, avançamos duas conjecturas:

> 1) O governo Lula não seria simplesmente mais um exemplo "neoliberal", *à la* Fernando Collor ou FHC, exatamente porque, no intuito de constituir certas margens de consentimento popular, ele deveria responder a determinadas demandas represadas dos movimentos sociais. Empregamos então a noção – um tanto quanto frouxa, admitamos – de "social-liberalismo" para tentar dar conta da ênfase nas políticas de distribuição de renda, ainda que plasmadas pela reprodução da ortodoxia rentista.
>
> 2) O vínculo orgânico "transformista" da alta burocracia sindical com os fundos de pensão poderia não ser suficiente para gerar uma "nova classe", como disse Chico, mas seguramente pavimentaria o caminho sem volta do "novo sindicalismo" na direção do regime de acumulação financeiro globalizado. Apostávamos que essa via liquidaria completamente qualquer possibilidade de retomada da defesa dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras[8]. Chamamos esse processo de "financeirização da burocracia sindical".

Sei que Carlos Nelson Coutinho, nosso principal interlocutor ao longo dessa desafiadora odisseia gramsciana, é cético em relação à hipótese da "revolução passiva à brasileira" como critério interpretativo do atual momento hegemônico. Ele prefere falar em "hegemonia da pequena política" para destacar a natureza do lulismo: uma forma de hegemonia mais afinada com as características principais do neoliberalismo, pois apoiada naquilo que Gramsci chamou de "consentimento passivo", isto é, a aceitação naturalizada de um existente tido e havido como inelutável. Não colocaria reparos nessa opinião de Carlos Nelson, pois me parece que, de fato, a hegemonia lulista apoia-se, sim, em boa parte, nesse tipo de consentimento passivo.

---

7 Para mais detalhes, ver Álvaro Bianchi e Ruy Braga, "Brazil: the Lula government and financial globalization", *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n. 4, 2005, p. 1745-62.

8 Gramsci entendia que o "transformismo" destruía a força política das classes subalternas decapitando suas lideranças, desarticulando os grupos antagonistas e semeando desordem no terreno adversário.

Aliás, as observações do afamado comunista sardo acerca de Giovanni Giolitti serviriam perfeitamente bem para descrever Lula[9].

Não compartilho, entretanto, do ceticismo de Carlos Nelson quanto à hipótese da "revolução passiva à brasileira", pois intuo que a hegemonia lulista satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da "conservação", isto é, a reação "dos de cima" ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à "inovação", ou seja, a incorporação de parte das exigências "dos de baixo". Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa ("inovação/conservação", "revolução/restauração") que catalisa um reformismo "pelo alto", conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças – progressistas (no caso do fordismo, analisado pelo genial sardo no *Caderno 22*) ou regressivas (no caso do fascismo). Na minha opinião, a "hegemonia às avessas" nada mais é do que essa via de modernização conservadora, plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço nutre-se permanentemente do atraso.

No tocante ao processo de modernização conservadora do mundo do trabalho no Brasil, por exemplo, eu mesmo busquei mostrar por meio de uma pesquisa do setor que mais cresceu em termos ocupacionais durante o governo Lula, isto é, o do *telemarketing*, como a "avançada" acumulação financeira dos bancos atuantes no país nutre-se permanentemente da reprodução de modalidades "arcaicas" de discriminação social, como o racismo, o sexismo e a homofobia. Na realidade, uma das principais fontes de adaptação do teleoperador ao fluxo tensionado nas Centrais de Teleatividades (CTAs) é seguramente a natureza "invisível" desse tipo de trabalho. Co-

---

9 "*Grande política (alta política) – pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intriga).* A grande política compreende as questões vinculadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, defesa e conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que surgem no interior de uma estrutura já estabelecida pelas lutas de preeminência entre as diversas facções de uma mesma classe política. É, por isso, grande política tratar de excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política (Giolitti, rebaixando o nível das lutas internas, fazia grande política; mas seus fanáticos eram *objeto* de grande política, contudo eles mesmos faziam pequena política)". Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, (Turim, Einaudi, 1975), caderno 13, parágrafo 5. Tradução livre. [Ed. bras.: *Cadernos do cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2003.]

mo o teleoperador utiliza exclusivamente a voz na relação com o público, a aparência torna-se secundária e o setor de *telemarketing* emergiu como uma espécie de "refúgio" para mulheres, sobretudo negras, além de gays e portadores de necessidades especiais, justamente aqueles grupos que estão entre os mais fragilizados do mercado de trabalho brasileiro[10].

Carlos Nelson levanta muito corretamente a questão: se estivermos diante de uma revolução passiva, parte das exigências dos "de baixo" deverá ser acolhida pelo governo reformista e moderado. Mas não é exatamente isso que verificamos quando analisamos o Bolsa Família, a ampliação do sistema universitário federal com o patrocínio das cotas, o impulso na direção da "reformalização" do mercado de trabalho[11], a política de reajuste do salário mínimo acima da inflação, a retomada dos investimentos em infraestrutura ou, mais recentemente, o incentivo ao consumo de massas por meio do crédito consignado? É pouquíssimo em se tratando da nossa imensa dívida social. Além disso, tais realizações são totalmente insuficientes para garantir Lula no panteão dos reformistas, ao lado de Willy Brandt, Olof Palme e *tutti quanti*. Contudo, e isso diz muito sobre o *handicap* das classes dominantes brasileiras, consegue ser suficiente para, num país onde o epíteto de "pai dos pobres" é predicado de um ditador oriundo da aristocracia fundiária, alçar Lula à condição de incontestável liderança popular.

---

[10] Naturalmente, o fato de ser uma espécie de "refúgio" para esses grupos de trabalhadores não implica que a discriminação nas "modernas" CTAs inexista. Ao contrário, é muito comum verificarmos que as funções mais qualificadas, isto é, aquelas que exigem algum tipo de conhecimento tecnoprofissional, são, com muita frequência, ocupadas majoritariamente por homens, assim como a estratégia de promoção das empresas tende a privilegiar os teleoperadores brancos. Para mais detalhes, ver Ricardo Antunes e Ruy Braga (orgs.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual* (São Paulo, Boitempo, 2009).

[11] Somos perfeitamente conscientes de que a atual tendência à "reformalização" do mercado de trabalho originou-se no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, mais precisamente após a desvalorização do real motivada pela crise financeira do Sudeste asiático de 1997, associando-se intimamente, portanto, às necessidades da política fiscal do Estado brasileiro. Em resumo, "reformaliza-se", basicamente, para arrecadar mais e continuar a pagar os elevadíssimos juros da dívida pública. Contudo, independentemente do impulso original ou do papel desempenhado pela atual "reformalização" do mercado de trabalho, os efeitos benéficos relativos à proteção social não se alteram. Para mais detalhes, ver Paulo Eduardo Baltar e José Dari Krein, "O emprego formal nos anos recentes", *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, v. 3, 2006, p. 3-10.

Ainda que mantida a política profundamente regressiva dos juros estratosféricos – é surpreendente que nem mesmo a atual crise econômica mundial tenha sido capaz de alterar o comportamento visceralmente rentista do Banco Central –, sabemos que a relativa desconcentração de renda experimentada por aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho[12] pode perfeitamente coexistir, num contexto marcado por certo crescimento econômico, com a reprodução da desigualdade entre as classes sociais, quando comparada aos incrementos de rendimentos dos que vivem da propriedade de ativos, como títulos, imóveis etc. Uma simples análise da distribuição funcional da renda nacional que confrontasse os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos à remuneração dos empregados, o rendimento dos autônomos e o Excedente Operacional Bruto do Sistema de Contas Nacionais poderia ilustrar bem isso.

Contudo, parece-me meridianamente claro que o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações dos "de baixo" com a bem orquestrada reação ao subversivismo esporádico das massas, representado pelo "transformismo de grupos radicais inteiros". Da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado[13]. O fato é que o subversivismo inorgânico transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal.

Se Chico tem toda razão ao afirmar que a "hegemonia às avessas" simplesmente não significou verdadeiros "avanços na socialização da política em termos gerais e, especificamente, alargamento dos espaços de participa-

---

[12] Para mais detalhes, ver "Distribuição pessoal da renda do trabalho: Brasil 1995--2005 (Tabela 7)", em Dieese, *Anuário dos trabalhadores 2007*, São Paulo, Dieese, 2007, p. 41.

[13] Álvaro Bianchi nos lembra, recorrendo a fartas citações dos *Quaderni*, que "revolução passiva" não significa hegemonia de uma classe em relação à totalidade social, mas sim de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas por meio da mediação do Estado. Para mais detalhes, ver Álvaro Bianchi, "Revolução passiva: o pretérito do futuro", *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 23, n. 23, 2006, p. 34-57.

ção nas decisões da grande massa popular, intensa redistribuição da renda num país obscenamente desigual e, por fim, uma reforma política e da política que desse fim à longa persistência do patrimonialismo"[14], também é verdade que Lula soube "excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política". Assim procedendo, fez grande política, isto é, "representou o maquiavelismo de Maquiavel contra o maquiavelismo de Stenterello", ainda que "para conservar uma situação miserável"[15]. Quando Chico fala em "regressão política" para se referir ao governo Lula, é nisso que ele está pensando.

Aos meus olhos, a "hegemonia às avessas" é o ponto comum entre duas formas sociais distintas de consentimento: a *ativa* e a *passiva*. "Vanguarda do atraso" ou "atraso da vanguarda"? O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado, em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a *consentir ativamente* com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeira globalizado.

Por seu turno, emaranhada em uma rede de dependências das políticas públicas governamentais, e esgotada por uma década e meia de cruentas lutas sociais ofensivas somada a outra década e meia de obstinadas lutas sociais defensivas, parte considerável das classes subalternas brasileiras *consente passivamente*. Cansadas de inovar politicamente e de se defender economicamente, as classes subalternas brasileiras preferem, à primeira vista, retomar momentaneamente o fôlego e seguir hipotecando prestígio ao governo da esfinge barbuda. Eis aqui o cerne da questão: após sete anos de "regressão política", 85% de aprovação no Ibope não pode ser obra da divina providência. Parece-me ser esse o enigma que a odisseia gramsciana contida neste livro ajuda a decifrar.

Ruy Braga
Outubro de 2009

---

[14] Ver Francisco de Oliveira, "O avesso do avesso", neste livro.

[15] Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., caderno 13, parágrafo 5. Tradução livre.

HOMENAGEM

Eu *sou* o exílio

Eu *sou* o exílio
Sou o andarilho
O trovador
(digam o que disserem)

gentil eu sou, e calmo
e com passo distraído
absorto em planejar,
amável com a submissão

mas gemidos invadem as alcovas de meu coração
e em minha cabeça
por detrás de meus olhos quietos
eu ouço os gritos e as sirenes.*

Dennis Brutus

O poeta sul-africano Dennis Vincent Brutus foi uma das presenças mais aguardadas de nosso seminário internacional "Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira". Debateu com nossos colegas Omar Ribeiro Thomaz e José Luís Cabaço o tema em que, quer por sua inesgotável experiência de vida, quer por sua singular trajetória política, se tornara referência obrigatória: "Do *apartheid* ao neoliberalismo". Todos aqueles que tiveram a oportunidade e o privilégio de assistir a sua concorrida palestra, em que examinou as múltiplas divergências e convergências das realidades brasileira e sul-africana, certamente não se esquecerão de seus ensinamentos e de seu sincero interesse em inaugurar um amplo diálogo, demonstrado por suas intervenções e questionamentos em praticamente todas as mesas de nosso seminário. Permaneceu de sua visita ao Cenedic a decisão de estreitar laços de colaboração com o Centre for Civil Society (CCS), ligado à Universidade de Kwazulu-Natal, em Durban, onde trabalhava e militava.

* Tradução de Anna Rüsche. (N. E.)

Filho de pais sul-africanos, Dennis Brutus nasceu na capital do Zimbábue, Harare, em 1924, e, ainda muito jovem, mudou-se para a África do Sul, onde se graduou no início da década de 1940 em psicologia e literatura inglesa. A retomada dos estudos na faculdade de direito da Universidade de Witwatersrand, contudo, foi interrompida pela sua primeira prisão motivada pelo radical ativismo anti-*apartheid*. Sua militância política esteve, de início, associada ao trabalho de organização da nova associação esportiva sul-africana, que se apresentava como uma alternativa ao segregacionismo nos esportes, além, naturalmente, de atuar nas fileiras do Congresso Nacional Africano (CNA).

Com a radicalização política e social ocasionada pelo Massacre de Sharpeville[1], e após uma onda de forte repressão às organizações anti-*apartheid* promovida pelo governo sul-africano – cujo momento culminante talvez tenha sido a promulgação, em 1961, do Suppression of Communism Act –, Dennis Brutus decidiu escapar para Moçambique, onde foi capturado pela Pide, a polícia secreta portuguesa, e deportado para Johannesburgo. Nessa cidade, em 1963, ele foi alvejado três vezes pelas costas, enquanto tentava escapar da tutela policial. Quase morto, ficou alguns meses aprisionado na mesma cela em que, mais de meio século antes, Mahatma Gandhi também foi feito prisioneiro. Ainda não de todo recuperado dos ferimentos, Dennis Brutus foi transferido para a famosa ilha Robben, onde permaneceu cativo durante dois anos em uma cela próxima a de Nelson Mandela. Na prisão, escreveu duas de suas obras mais conhecidas: a coleção de poemas *Sirens, knuckles, boots* e *Letters to Martha*[2].

---

[1] Dennis Brutus dedicou um de seus mais conhecidos poemas ao Massacre de Sharpeville, bairro construído pelo regime racista sul-africano para acomodar os negros que trabalhavam nas cidades industriais de Vanderbijlpark e Vereeniging. Nesse bairro operário ocorreu, no dia 21 de março de 1960, um protesto contra a chamada Lei do Passe, que obrigava os negros a usar cadernetas em que estavam definidos os locais por onde podiam circular. A polícia sul-africana reprimiu o protesto atirando com metralhadoras contra a multidão e matando 69 pessoas. Sobre o massacre, Brutus escreveu: "Recordem Sharpeville/ no dia das balas nas costas/ pois encarnou a opressão/ e a natureza da sociedade / mais claramente que qualquer outra coisa;/ foi o evento clássico" (tradução livre).

[2] Ver Dennis Brutus, A simple lust (Portsmouth, Heinemann, 1986). Essa seleção de poemas inclui: "Sirens, knuckles, boots", "Letters to Martha", "Poems from Algiers" e "Thoughts abroad".

Exilado pelo governo sul-africano, estabeleceu-se primeiramente em Londres, em 1965, e logo em seguida em Chicago, em 1971, para então fixar-se na cidade de Pittsburgh, em cuja universidade lecionou literatura e estudos africanos durante cerca de duas décadas, obtendo ampla notoriedade como poeta e crítico literário. Fora da prisão, Dennis Brutus destacou-se como uma das principais figuras da luta que culminou na exclusão da África do Sul dos jogos olímpicos da Cidade do México, em 1968, e no posterior banimento, em 1970, de qualquer participação sul-africana em atividades esportivas internacionais.

Com o fim do *apartheid*, Dennis Brutus regressou à África do Sul, associando-se ao Centre for Civil Society. Ali, notabilizou-se por sua militância socialista contra o neoliberalismo dos novos governos sul-africanos e a globalização capitalista. Esteve presente em todas as edições do Fórum Social Mundial e foi figura central na crítica ao New Partnership for Africa's Development (Nepad), uma espécie de "Consenso de Washington" para o continente africano, proposto e implementado pelo ex-presidente sul-africano Thabo Mvuyelwa Mbeki. Em 2007, homenageado com um lugar de honra no "hall da fama" dos esportes sul-africanos, recusou-se a receber o prêmio, alegando que os dirigentes esportivos da África do Sul ainda não haviam feito uma crítica consequente do racismo.

Dennis Brutus nos prometeu o texto de sua exposição em nosso seminário para ser publicado neste livro. Por meio das trocas de e-mails que mantivemos com ele após o seminário para informá-lo dos prazos para o encaminhamento do capítulo anunciado, soubemos que o câncer que o acometera estava fugindo ao controle. Ao manifestar minha absoluta prostração com a notícia, Dennis Brutus mostrou-se bem-humorado e confiante, afirmando que "aquele que conhece a polícia sul-africana não se assusta com um simples câncer" e complementou dizendo se tratar de "apenas mais uma luta". De comum acordo, então, tendo em vista seu delicado quadro de saúde, decidimos substituir o capítulo prometido pelo de Patrick Bond, coordenador do Centre for Civil Society e um de seus mais íntimos colaboradores.

Dennis Brutus foi desses incorrigíveis lutadores sociais que deixam orgulhosos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-los e de aprender com seu exemplo e sua inesgotável experiência. Infelizmente, a "voz cantante do movimento sul-africano de libertação", como era conhecido, silenciou no dia 26 de dezembro de 2009. A notícia de sua morte, ocorrida na Cidade

do Cabo, apesar de não ser de todo inesperada, nos encheu de profunda tristeza. Sua luta por uma sociedade igualitária, socialista e emancipada de todas as formas de discriminação, exploração e opressão não será esquecida. *Hamba kahle*, camarada Dennis Brutus! Este livro é dedicado a sua memória.

Ruy Braga
Janeiro de 2010

1

HEGEMONIA ÀS AVESSAS: DECIFRA-ME OU TE DEVORO!

HEGEMONIA ÀS AVESSAS*

Francisco de Oliveira

Depois de levar um susto no primeiro *round*, quando seu adversário imediato abocanhou 40% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva ganhou fácil o segundo turno das eleições. Há uma gama variada de interpretações para a retumbante vitória. A mais óbvia acentua a influência do Bolsa Família, que teria garantido uma maciça votação dos estratos mais pobres da sociedade. Tanto que no Nordeste, região que recebe o maior contingente assistencial do Bolsa Família, Lula ultrapassou os 70% em quase todos os municípios.

É mais complicado explicar por que Geraldo Alckmin teve tantos votos no primeiro turno. E por que perdeu uns 2 milhões do primeiro para o segundo. A interpretação majoritária sustenta que o tucano foi o opositor ideal para Lula: pouco conhecido além de São Paulo, com cara de paulista, jeito de paulista e fama de paulista – um *handicap* fora de São Paulo. Para completar, Alckmin não tinha nenhuma mensagem e foi muito mal na campanha televisiva. Outra interpretação corrente, assumida pelo próprio Lula e por jornais do exterior, é que o Brasil eleitoral se dividiu entre ricos e pobres, e os pobres venceram. Seria ótimo, se fosse plausível, que os 40% de votos a favor de Alckmin fossem dos "ricos", e que a votação de Lula fosse exclusivamente dos "pobres".

Um dos resultados formidáveis da eleição, incluindo os pleitos para os estados e a renovação do Congresso, foi a salada de coligações e coalizões. Siglas de suposta orientação ideológica oposta uniram-se indiscriminadamente com toda espécie de agrupamentos, incluindo os de salteadores. Traições abertas às próprias hostes foram a regra. Por exemplo, o governa-

---

* Uma primeira versão deste artigo foi publicada em *Piauí*, Rio de Janeiro/ São Paulo, n. 4, jan. 2007. (N. E.)

dor de Mato Grosso, Blairo Maggi, apesar de ser o maior sojicultor do mundo, apoiou Lula abertamente, enquanto o partido do qual é membro – o Partido Popular Socialista (PPS), sigla herdeira do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) – fez campanha por Geraldo Alckmin. Essa falta de consistência confirma a irrelevância da política partidária no capitalismo contemporâneo. Irrelevância que é mais grave na periferia do que no centro. Os partidos representam pouco, e a política está centrada sobretudo nas personalidades. Sempre foi assim na tradição brasileira, mas depois da criação dos partidos de massa – vale dizer, depois da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) – houve um período de forte valorização dos partidos.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), metamorfose do antigo partido de oposição à ditadura militar no período 1964-1984, fez a maior bancada na Câmara. O PMDB é, tipicamente, um partido de caciques regionais. Não tem sequer unidade programática. Dessa vez, o que é importante como símbolo, não teve candidato à Presidência, seja em coligação com o PT, seja com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM) foi derrotado fragorosamente na Bahia e no Maranhão, mas ainda assim formou a maior bancada no Senado.

O PT manteve-se com a segunda maior bancada da Câmara Federal, mas pela primeira vez em sua história teve uma diminuição em seu número de deputados. Fez apenas quatro governadores, sendo a Bahia o único estado politicamente importante – até porque derrotou um coronel pefelista tido como imbatível, Antônio Carlos Magalhães. Lula distanciou-se ostensivamente do PT. Somente recorreu ao partido, e a setores de esquerda fora dele, no segundo turno, quando viu a reeleição ameaçada. Proclamados os resultados, logo fechou um acordo com o PMDB para dominarem juntos a Câmara dos Deputados e o Senado.

O ceticismo é geral quanto ao segundo mandato. Ninguém, à direita e à esquerda, espera grandes alterações nas políticas governamentais. Lula parece uma barata tonta, clamando por soluções para, conforme diz, "destravar" o desenvolvimento. Afora a continuidade do Bolsa Família e a manutenção do conservadorismo na política econômica, o presidente parece ter perdido inteiramente o rumo. O desnorteio mostra uma das consequências de sua vitória, nas proporções em que ocorreu: Lula não tem objetivos, porque não tem inimigos de classe. Alguns poucos que vocalizaram a esperança de mudanças na política econômica foram imediatamente repreendi-

dos pelo próprio presidente reeleito – caso de Tarso Genro, ministro das Relações Institucionais, tido como o ideólogo do governo, e Dilma Roussef, a poderosa chefe da Casa Civil, considerada o motor do Executivo. Eles estavam entre os "mudancistas" e foram logo calados.

O governo terá maioria no Congresso, mas é quase certo que o balcão de negociações entre as várias siglas e o Executivo será mais amplo que no primeiro mandato. Dito de forma mais direta, o governo será mais fraco e a cobrança dos apoios será mais forte, na forma de nomeações para cargos de primeiro escalão e para grandes entidades federais. A agenda das denúncias de corrupção não está encerrada, embora se espere que o governo seja mais cuidadoso e as oposições, menos assanhadas.

Aparentemente, o espaço da esquerda se ampliou. Até este escriba votou em Lula, no segundo turno, com essa perspectiva. A oposição da esquerda a Lula e ao tucanato chegou a uns 7% dos votos para presidente, materializada no voto a Heloísa Helena e à Frente de Esquerda PSOL-PSTU-PCB-Consulta Popular. A ilusão quanto ao peso da esquerda se desfez com as primeiras declarações do presidente reeleito, que reendossou a política econômica, manteve nos cargos algumas figuras emblemáticas (caso de Henrique Meirelles na presidência do Banco Central) e defendeu a "era Palocci". No mesmo movimento, Lula aventou nomes para compor o novo Ministério que estão entre os mais reacionários do meio empresarial – a começar por Jorge Gerdau Johannpeter, proprietário do maior conjunto de siderúrgicas do Brasil (e de algumas no exterior), compradas na bacia das almas das privatizações do governo FHC.

Os votos nulos alcançaram a marca dos 4%, mesma porcentagem para os votos em branco, e 23% dos cadastrados não compareceram às seções eleitorais, apesar da obrigatoriedade do voto. De fato, as eleições presidenciais não interessaram a 31% dos votantes. Ou então as candidaturas não motivaram esses 31% de eleitores. É a porcentagem mais alta de "indiferença" eleitoral da história moderna brasileira, aproximando-se dos números da abstenção dos norte-americanos nas eleições presidenciais. De novo, essa indiferença quer dizer que a política não passa pelo conflito de classes, evita e trapaceia com ele. Nas ruas, o fracasso da "mudança" não poderia ser mais evidente: nenhuma vibração, nenhuma bandeira do PT ou de qualquer outro partido, nenhuma mobilização. A grande maioria dos eleitores se desincumbia da obrigação com ar de enfado. Muitos deles logo tomaram o caminho das praias.

O presidente reeleito não lamentou essa indiferença expressiva do eleitorado. Queixou-se amargamente, isso sim, de não ser o preferido dos "ricos", cobrando-lhes o fato de que nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro como em seu governo, para logo depois dizer que os "pobres" haviam ganho a eleição. Essa interpretação logo foi encampada pela imprensa: o Brasil havia se dividido entre "pobres" e "ricos". Esqueceram-se de explicar os 40% de votos em Geraldo Alckmin no primeiro turno: aí já seríamos um país do Primeiro Mundo!

Qual será a cara do mandato que agora se inicia? Certamente, haverá uma nova ampliação do programa Bolsa Família, e é aí que mora o perigo. Nos outros setores, as mudanças serão superficiais. Talvez seja feita a grande transposição do rio São Francisco para os estados mais sujeitos à seca no Nordeste e algumas obras de infraestrutura. Por aí ficará.

A perspectiva para o futuro requer uma reflexão gramsciana. Talvez estejamos assistindo à construção de uma "hegemonia às avessas" típica da era da globalização. A África do Sul provavelmente anunciou essa hegemonia às avessas: enquanto as classes dominadas tomam a "direção moral" da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas no país, que se confundem com a população negra, derrotaram o *apartheid*, um dos regimes mais nefastos do século XX, mesmo levando em conta que o século passado conheceu o nazifascismo e o arquipélago gulag. E, no entanto, o governo sul-africano oriundo da queda do *apartheid* rendeu-se ao neoliberalismo. As favelas de Johannesburgo não deixam lugar a dúvidas[1]. Assim, a liquidação do *apartheid* mantém o mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso.

Algo assim pode estar em curso no Brasil. A longa "era da invenção"[2] forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. Mais ainda: ao elegermos Lula, parecia ter sido borrado para sempre o preconceito de classe e destruídas as barreiras da

---

1 Ver Mike Davis, *Planeta favela* (São Paulo, Boitempo, 2006).

2 Ver Francisco de Oliveira, "Política numa era de indeterminação" e "O momento Lenin", em Francisco de Oliveira e Cibele Rizek (orgs.), *A era da indeterminação* (São Paulo, Boitempo, 2007).

desigualdade. Ao elevar-se à condição de *condottiere* e de mito, como as recentes eleições parecem comprovar, Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração, derrota o suposto representante das burguesias – o PSDB, o que é inteiramente falso – e funcionaliza a pobreza. Esta, assim, poderia ser trabalhada no capitalismo contemporâneo como uma questão administrativa.

Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. O velho argumento leninista-stalinista de que os sindicatos não teriam função num sistema controlado pela classe operária ressurgiu no Brasil de forma matizada. Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária.

Nas condições em que se deu, a vitória eleitoral anula as esquerdas no Brasil. Toda crítica é imediatamente identificada como sendo de "direita" – termo inadequado para defender um governo que tem na direita pilares fundamentais, do pequeno PP a setores do PMDB, como os de Jader Barbalho e José Sarney. Um rancor surdo torna difíceis as relações entre a esquerda independente e o PT e, em particular, o governo Lula. Por outro lado, a mídia, sobretudo os grandes jornais, segue atacando o governo com ferocidade, o que contribui para confundir a crítica da esquerda com a crítica da própria imprensa. O principal partido da oposição a Lula, o PSDB, esfrangalhou-se – e também confunde toda a crítica com suas posições.

Caso o programa Bolsa Família experimente uma grande ampliação, o que será possível simplesmente com uma redução de 0,1% do superávit primário, os fundamentos da "hegemonia às avessas" estarão se consolidando. Trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. Suponho também que não se parece com o que o Ocidente conheceu como política e dominação. Não é patrimonialismo, pois o que os administradores dos fundos de pensão estatais gerem é capital-dinheiro. Não é o patriarcalismo brasileiro de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, porque não é nenhum patriarca que exerce o mando nem a economia é "doméstica" (no sentido do *domus* romano), embora na cultura brasileira o chefe político possa se confundir, às vezes, com o "pai" – Getú-

lio Vargas foi apelidado de "pai dos pobres" e Lula pensa tomar-lhe o lugar, mas o que ele gere, com sua classe, é capital. Não é populismo, como sugere a crítica da direita, e mesmo de alguns setores da esquerda, porque o populismo foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. E o populismo foi – de forma autoritária, enfatize-se – a inclusão *sui generis* da novel classe operária, desbalanceando a velha estrutura de poder no Brasil e deslocando fortemente os latifundiários da base da dominação. Nada disso está presente na nova dominação.

Muitos críticos e analistas consideram que o Bolsa Família é o grande programa de inclusão das classes dominadas na política. Isso é um grave equívoco, sobretudo por parte daqueles que cultivam a tradição marxista gramsciana. Entre eles estão Walquíria Domingues Leão Rego, o próprio ministro Tarso Genro e Luiz Jorge Werneck Vianna, sendo que este último considera o Bolsa Família, e o próprio governo Lula, a continuação da "via passiva" na longa e permanentemente inacabada revolução burguesa brasileira. A nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) inverte os termos gramscianos. Vejamos.

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a "direção moral" e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.

O conjunto de aparências esconde outra coisa, para a qual ainda não temos nome nem, talvez, conceito. Mas certamente será nas pistas do legado de Antonio Gramsci, o "pequeno grande sardo", que poderemos encontrar o caminho de sua decifração. O consentimento sempre foi o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte na ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas a sua imagem e semelhança. Esse é o núcleo da elaboração de Marx e Engels em *A ideologia alemã**, que o pequeno grande sardo desdobrou ad-

* São Paulo, Boitempo, 2007. (N. E.)

miravelmente. Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a "revolução moral" – derrota do *apartheid* na África do Sul e eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada.

Nos termos de Marx e Engels, da equação "força + consentimento" que forma a hegemonia desaparece o elemento "força". E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicite-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada.

A HEGEMONIA DA PEQUENA POLÍTICA

Carlos Nelson Coutinho

1. A expressão "hegemonia às avessas", inventada por nosso querido Chico de Oliveira, é certamente provocativa. Trata-se de uma das muito instigantes e sempre oportunas provocações (no bom sentido da palavra!) postas por ele. Lembro aqui, por exemplo, suas formulações sobre o modo de produção social-democrata, o antivalor, o ornitorrinco e o surgimento de uma nova classe formada pelos gestores dos fundos públicos etc. Mesmo que discordemos de Chico em alguns casos, aprendemos sempre – e muito – com essas provocações, pois nos obrigam a pensar. É o caso também de "hegemonia às avessas".

De minha parte, porém, para caracterizar as relações de hegemonia hoje, prefiro falar de "hegemonia da pequena política". Para entendermos essa caracterização, recordemos, antes de mais nada, o que Gramsci chama de "pequena política". Cito o autor de *Cadernos do cárcere*:

> A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.[1]

Ora, é precisamente assim – ou seja, através da exclusão da grande política – que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo ou,

---

[1] Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2003, v. 3), p. 21.

para usarmos o subtítulo de nosso seminário e deste livro, na época da servidão financeira.

Registremos o seguinte: *seria equivocado pensar que só há batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam.* É verdade que foi assim durante algum tempo na Europa, no tempo em que partidos com diferentes propostas de sociedade competiam entre si, como, por exemplo, conservadores e trabalhistas na Inglaterra ou comunistas e democrata-cristãos na Itália. Nos Estados Unidos, ao contrário, nunca foi assim: ali, a hegemonia dos valores do capitalismo nunca foi posta em discussão pelos dois grandes partidos nacionais, nem mesmo pelas principais organizações sindicais. E, infelizmente, está sendo assim, hoje, também na Europa e em muitos países da América Latina. Que diferença substantiva existe atualmente, por exemplo, entre conservadores e trabalhistas na Inglaterra? Ou entre o governo FHC e o governo Lula no Brasil?[2]

Hegemonia, portanto, nem sempre se baseia no que Gramsci chamou de "ideologias orgânicas", aquelas que expressam de modo claro e sistemático a concepção do mundo das classes sociais fundamentais. Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como "bizarra e heteróclita", com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens. Ora, podemos constatar que predominam, hoje, no senso comum, determinados valores que asseguram a reprodução do capitalismo, ainda que nem sempre o defendam diretamente. Refiro-me, em particular, ao individualismo (tão emblematicamente expresso na famosa "lei de Gerson", ou seja, a que nos recomenda tirar vantagem em tudo), ao privatismo (à convicção de que o Estado é um mau gestor e tudo deve ser deixado ao livre jogo do mercado), à naturalização das relações sociais (o capitalismo pode até ter seus lados ruins, mas corresponde à natureza humana) etc.

Cabe lembrar ainda que hegemonia é consenso, e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Mas, como Gramsci observa, existe *consenso ativo* e *consenso*

[2] Voltarei a isso adiante, no item 3.

passivo[3]. A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo "natural". Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo "natural". Quantas vezes ouvimos a frase "os políticos são todos iguais"? Escolhem-se uns ou outros por motivos que, com frequência, nada têm a ver com o conteúdo de suas propostas (as quais, na maioria dos casos, não apresentam nenhuma divergência essencial ou simplesmente não têm conteúdo algum).

Essa concepção da política como disputa de elites, e não como ação de maiorias, foi teorizada por alguns expoentes da teoria política do século XX, como Mosca, Schumpeter, Sartori e muitos outros[4]. Para eles, a política é sempre ação de minorias, de elites. Schumpeter, por exemplo, reduz a democracia ao processo de seleção das elites por meio de eleições periódicas; mas, ao mesmo tempo, também afirma que o povo não sabe combinar interesse e razão, de modo que tais eleições não teriam como fundamento a disputa entre diferentes propostas de sociedade, mas estariam baseadas em escolhas irracionais. Também contribuem para difundir essa hegemonia da pequena política todos os que dizem que vivemos o fim das ideologias, que a diferença entre esquerda e direita desapareceu. Como dizia o hoje esquecido Alain, filósofo francês, quem nega a diferença entre esquerda e direita é sempre de direita. Uma versão mais sofisticada dessa posição é aquela defendida hoje pelo chamado "pós-modernismo": para os autores dessa corrente, a era das "grandes narrativas" morreu, e, no lugar de um ponto de vista totalizante e universal, devemos nos preocupar com as diferenças, com as identidades, com a defesa do multiculturalismo etc. Essa fragmentação das lutas setoriais – que, separadas de uma visão universal, não põem em

---

[3] Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 3, p. 333.

[4] Ver Carlos Nelson Coutinho, "Democracia: um conceito em disputa", em *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias* (São Paulo, Cortez, 2006), p. 13-27.

questão o domínio do capital e podem, assim, ser por ele assimiladas – contribui também para o triunfo da pequena política.

Repetindo: existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da "democracia" pelos teóricos que condenam o "excesso de demandas" como gerador de desequilíbrio fiscal e, consequentemente, de instabilidade social. Mas, como também vimos, é expressão de grande política reduzir tudo à pequena política. Em outras palavras, é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situações "normais", a direita já não precisa da coerção para dominar: impõe-se através desse consenso passivo, expresso entre outras coisas em eleições (com taxa de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão.

2. Para identificar melhor a situação atual da hegemonia no mundo, caberia tentar conceituar a chamada "época neoliberal" ou, se preferirmos, a época da servidão financeira. Uma análise sistemática da presente época do capitalismo "globalizado" é uma tarefa ainda não concluída por parte dos marxistas. Contudo, ao que me parece, pode contribuir para essa análise ainda *in progress* uma discussão sobre a possibilidade de compreender características essenciais da contemporaneidade à luz do conceito gramsciano de revolução passiva. Sou cético em face dessa possibilidade. Creio que, antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de contrarreforma, que também faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci.

Antes de mais nada, recordemos brevemente as principais características da revolução passiva, termo que Gramsci recolhe do historiador napolitano Vincenzo Cuoco, mas atribuindo-lhe um novo conteúdo. Trata-se de um instrumento-chave de que Gramsci se serve para analisar os eventos do *Risorgimento*, ou seja, da formação do Estado burguês moderno na Itália. Mas o conceito é também utilizado por ele como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de épocas históricas inteiras, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo.

Quais são, segundo Gramsci, os traços principais de uma revolução passiva? Ao contrário de uma revolução popular, "jacobina", realizada a partir de baixo – e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social –, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da "restauração" (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo) e o da "renovação" (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas "pelo alto", através de concessões das camadas dominantes). Nesse sentido, falando da Itália, mas expressando características universais de toda revolução passiva, Gramsci afirma que uma revolução desse tipo manifesta:

> o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de "restaurações" *que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo*; trata-se, portanto, de "restaurações progressistas", ou "revoluções-restaurações", ou ainda "revoluções passivas".[5]

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução e nem mesmo de contrarreforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo "pelo alto"[6]. Em outra passagem, Gramsci diz:

> Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.[7]

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu "subversivismo esporádico, ele-

---

5 Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 1, p. 393; grifo meu.

6 Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn, depois de caracterizar o *Welfare State* como revolução passiva, definem-no como "reformismo de Estado" (*Le défi social-démocrate*, Paris, Maspero, 1981).

7 Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5, p. 317.

mentar", ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução "jacobina", a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de "uma certa parte" das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*.

Ao contrário de "revolução passiva", que é certamente um dos conceitos centrais dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci emprega muito pouco o termo "contrarreforma". Além do mais, na esmagadora maioria dos casos, o termo se refere diretamente ao movimento pelo qual a Igreja Católica, no Concílio de Trento, reagiu contra a Reforma protestante e algumas de suas consequências políticas e culturais. Mas pode-se também registrar que Gramsci não apenas estende o termo a outros contextos históricos, como busca ainda extrair dele algumas características que nos permitem, ainda que só aproximativamente, falar da criação, por ele, de um conceito.

Sobre a possibilidade de estender historicamente o termo, pode-se constatar que Gramsci, num parágrafo em que fala do humanismo, refere-se a uma "contrarreforma antecipada"[8]. É assim, claro, que, para ele, pode ocorrer uma contrarreforma também diante de fenômenos históricos que não a Reforma protestante. Em outro parágrafo, no qual caracteriza as utopias como reações "modernas" e "populares" à Contrarreforma, Gramsci apresenta um dos traços definidores desta última como sendo próprio de todas as restaurações: "A Contrarreforma, [...] de resto, *como todas as restaurações*, não foi um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*"[9].

Parece-me importante sublinhar que, nessa passagem, Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples "restauração", diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em "revolução-restauração". Apesar disso, porém, ele admite que há, até mesmo nesse caso, uma "combinação entre o velho e o novo". Podemos supor, assim, que a diferen-

[8] Ibidem, v. 2, p. 157.

[9] Ibidem, v. 5, p. 143; grifo meu.

ça essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem "restaurações" – mas que "acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo" –, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.

Uma vez esboçadas as principais determinações que as duas noções assumem em Gramsci, podemos retornar à questão formulada acima: a época neoliberal, iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma? A pergunta, evidentemente, não tem nenhum sentido para a própria ideologia neoliberal. Os ideólogos do neoliberalismo gostam hoje de se apresentar como defensores de uma suposta "terceira via" entre o liberalismo puro e a social-democracia "estatista" e, assim, como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso[10]. Assim, a versão atual da ideologia neoliberal faz da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma "revolução liberal") sua principal bandeira.

A palavra "reforma" foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de "reforma". É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadoramente apresentadas como "reformas", isto é, como algo progressista em face do "estatismo", que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra "reforma": o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida.

---

[10] Ver, entre muitos outros, Anthony Giddens, *A terceira via* (Rio de Janeiro, Record, 1999).

Ao contrário, é com razão que a noção de revolução passiva pode ser ligada à ideia de reforma, ou mesmo de reformismo, embora se trate em última instância de um reformismo conservador e "pelo alto". Como vimos, um verdadeiro processo de revolução passiva tem lugar quando as classes dominantes, pressionadas pelos de baixo, acolhem – para continuar dominando e até mesmo para obter o consenso passivo dos subalternos – "uma certa parte das exigências que vinham de baixo", nas palavras já citadas de Gramsci.

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State* e dos governos da velha social-democracia[11]. Com efeito, o momento da *restauração* teve um papel decisivo no *Welfare*: por meio das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas essa *restauração* se articulou com momentos de *revolução* ou, mais precisamente, de *reformismo*, no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção, pelos governos capitalistas, de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas "vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital"[12]. Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. Não se deve esquecer também que a revolução passiva welfariana é também uma resposta ao grande desafio ao

[11] Não posso aqui desenvolver o tema, mas me parece que algumas (ainda que não muitas) das conquistas do *Welfare State* foram asseguradas aos trabalhadores urbanos, na América Latina, durante o chamado período populista. Talvez isso explique o fato de que hoje, em nosso subcontinente, o termo "populismo" venha sendo utilizado pelos neoliberais para desqualificar qualquer tentativa de escapar dos constrangimentos impostos pelo fetichismo do mercado.

[12] A expressão é de Marx ("Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores", em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, Rio de Janeiro, Vitória, v. 1, 1956, p. 354), referindo-se à limitação legal da duração da jornada de trabalho e ao movimento cooperativista.

capital representado não só pela Revolução de Outubro, mas também pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra Mundial com um enorme prestígio entre as massas trabalhadoras e os progressistas de todo o mundo.

Não creio que se possa encontrar no que chamei (de modo um pouco simplista) de "época neoliberal" essa dialética de restauração-revolução que caracteriza as revoluções passivas. Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras – por muitas razões, entre elas a chamada "reestruturação produtiva", que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários – têm sido obrigadas a se pôr na defensiva; suas expressões sindicais e partidárias sofreram um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do "socialismo real", diminuiu em muito a força de atração das ideias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou com o modelo "estatolátrico" vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado.

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de "uma certa parte das exigências que vêm de baixo", que Gramsci considerava, como vimos, uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no *Welfare State*. As chamadas "reformas" da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – "reformas" que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados de "emergentes") – têm por objetivo a pura e simples *restauração* das condições próprias de um capitalismo "selvagem", no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de "vitórias da economia política do trabalho" e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim

o de *contrarreforma.* (De resto, pelo menos nos países ocidentais, não se trata de uma *contrarrevolução*, porque neles o alvo da ofensiva neoliberal não são os resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo forte que caracterizou o *Welfare State*.) Decerto, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do *Welfare*, fato que se deve sobretudo à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada "terceira via" (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma "preocupação" em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam, malgrado isso, a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas essa "preocupação" – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do Fome Zero no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de um indiscutível processo de contrarreforma. Lembremos que Gramsci nos adverte, como vimos antes, para o fato de que "as restaurações [não são] um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*"[13]. O que caracteriza um processo de contrarreforma não é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades.

Como se sabe, Gramsci chamou a atenção para uma importante consequência da revolução passiva: a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. Embora se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma "ditadura sem hegemonia"[14], o Estado protagonista de uma revolução passiva não pode prescindir de um mínimo de consenso. E Gramsci nos indica o modo pelo qual as classes dominantes obtêm esse consenso mínimo, "passivo", no caso de processos de transição "pelo alto", igualmente "passivos". Ele se refere à Itália, mas avança observações válidas, quando devidamente concretizadas, também para outros países e outras épocas:

---

[13] Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5, p. 143; grifo meu.

[14] Ibidem, v. 5, p. 330.

> O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a "revolução-restauração" ou "revolução passiva" [...]. Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo "molecular", isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à "classe política" conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido "domínio" ditatorial por uma "hegemonia"); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.[15]

Uma das razões que parecem justificar o uso do conceito de revolução passiva para caracterizar a época do neoliberalismo é precisamente a generalização de fenômenos de transformismo, seja nos países centrais, seja nos periféricos. Embora não me proponha aqui a discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de sociais-democratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil[16].

A definição de nossa época como caracterizada pela contrarreforma e não por uma nova revolução passiva tem implicações para nossa discussão sobre as características das atuais formas de hegemonia. Para Gramsci, como vimos, as revoluções passivas respondem a grandes desafios históricos. A época de revolução passiva iniciada com a Restauração, na Europa do século XIX, pode ser vista como uma resposta "pelo alto" às exigências postas pela Revolução Francesa: muitas das conquistas dessa Revolução são recolhidas, mas ao mesmo tempo emasculadas, gerando aquilo que poderíamos

---

[15] Ibidem, v. 5, p. 286.

[16] É também o transformismo que explica a conversão, no Brasil de Lula, de importantes lideranças sindicais em gestores dos fundos previdenciários públicos, ou seja, em uma nova fração das classes dominantes. Prefiro considerar que esse processo transformista gera uma *fração de classe* e não, como afirma Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003), p. 147, uma *nova classe*.

chamar de passagem da democracia radical para o liberalismo moderado. Algo similar ocorre no americanismo (e em sua expansão no *Welfare State*): a "concessão" de direitos sociais, a adoção keynesiana de elementos de "economia programática" etc. são tentativas de responder ao desafio anticapitalista representado pela Revolução de Outubro e pela União Soviética. Em ambos os casos de revolução passiva, ou seja, tanto na Restauração oitocentista quanto no americanismo-welfarismo, estavam em jogo, em última instância, questões de "grande política": no primeiro caso, a alternativa entre a democracia plebeia dos jacobinos (que já apontava para o socialismo, ainda que utópico) e o liberalismo burguês moderado; no segundo, a oposição entre socialismo e capitalismo. Ao contrário, a contrarreforma neoliberal não tem como pano de fundo nenhuma questão de "grande política": na disputa entre republicanos e democratas nos Estados Unidos, entre trabalhistas e conservadores na Inglaterra, entre direita e "centro-esquerda" na Itália etc., não está em jogo nenhuma opção entre diferentes modelos de sociedade. Podemos assim dizer que, na era da contrarreforma neoliberal, predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política.

3. Vivemos também, no Brasil de hoje, a hegemonia da "pequena política". Malgrado todos os seus limites, a transição que o país experimentou entre o fim dos anos 1970 e meados de 1980 revelou, em seu ponto de chegada, um dado novo e extremamente significativo: o fato de que o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado preponderantemente uma sociedade "ocidental" no sentido gramsciano do termo, ou seja, na qual existe uma "justa relação" entre Estado e sociedade civil[17].

Mas, se observarmos as sociedades "ocidentais", veremos que elas apresentam dois "modelos" principais de articulação da disputa política e da representação de interesses. De um lado, há um modelo que poderíamos chamar de "norte-americano", caracterizado (como ocorre em toda situação "ocidental") pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não progra-

[17] "No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação" (Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 3, p. 262).